



UnB

Danglei de Castro Pereira
Rosana Cristina Zanelatto Santos
(orgs.)

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA: A LITERATURA E SUA ANÁLISE

Brasília 2021



TeL
Departamento de Teoria
Literária e Literaturas

© Danglei de Castro Pereira e
Rosana Cristina Zanelatto Santos, 2021

Capa:

criação: Bruna Costa Nogueira

arte-final: Conceição

Projeto gráfico e diagramação:

Conceição | Ivete T. S. Conceição

Conselho Editorial: *Altamir Botoso – UEMS*

Ana Crélia Penha Dias – UFRJ

Augusto Rodrigues da Silva Junior - UnB

Cilaine Alves Cunha – USP

Geraldo Vicente Martins - UFMS

Rita Olivieri-Godet - Université de Rennes 2

Rogério da Silva Lima - UnB

Susanna Busato – UNESP

Wellington Furtado Ramos – UFMS

Editora

Universidade de Brasília

Departamento de Teoria Literária e Literaturas

159 A insustentável leveza : literatura e sua análise / Danglei de Castro Pereira, Rosana Cristina Zanelatto Santos (orgs.). – Brasília : Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, 2021.
256 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-893-50-03-3 (impresso)

ISBN 978-65-89350-02-6 (e-book)

1. Literatura - Estudo e ensino. 2. Literatura - História e crítica.
3. Dialogismo (Análise literária) I. Pereira, Danglei de Castro (org.). II. Santos, Rosana Cristina Zanelatto (org.).

CDU 82.09

SUMÁRIO

Apresentação.....5

Meu tio lauretê em aberto

Rosana Cristina Zanelatto Santos..... 11

Denúncia e dialogismo em Canumã: a travessia

Delma Pacheco Sicsú

Danglei de Castro Pereira.....29

O(s)vendedor(es) de passados: construção de identidades históricas na literatura e no cinema

João Luis Pereira Ourique65

As mulheres da década de 30: marginalização e violência

Camila Fernandes Costa

Marta Aparecida Garcia Gonçalves.....95

Memórias da exploração em Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior

André Rezende Benatti..... 131

Os limites do permitido: transdeliramentos, traduções e intertextualidade na poesia de Douglas Diegues

Ângela Cristina Dias do Rego Catonio157

APRESENTAÇÃO

O processo de mimesis na construção literária de Ana Miranda: o caso Gregório de Matos <i>Claudia Letícia Gonçalves Moraes</i>	187
A linha de sombra da crítica latino-americana <i>Lucilo Antônio Rodrigues</i>	213
A vez e a voz do vilão: novos exercícios de alteridade <i>Adriana Lins Precioso</i> <i>Henrique Roriz Aarestrup Alves</i>	229

O texto, esse, é atópico, senão no seu consumo, pelo menos na sua produção. Não é um falar, uma ficção, nele o sistema está desbordado, desfeito (esse desbordamento, essa defecção, é a significância). Desta atopia ele toma e comunica a seu leitor um estado bizarro: ao mesmo tempo excluído e pacífico. Na guerra das linguagens, pode haver momentos tranqüilos, e esses momentos são textos ('A guerra, diz uma das personagens de Brecht, não exclui a paz... A guerra tem seus momentos pacíficos... Entre duas escaramuças, pode-se esvaziar muito bem um canecão de cerveja...'). (BARTEHS, 1999, p. 41).¹

Um breve histórico se faz necessário: o Grupo de Pesquisa Historiografia literária, Cânone e Ensino (GPHCE) surgiu em 2012, certificado inicialmente junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e, depois, junto à Universidade de Brasília (UnB), com a participação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Contamos com pesquisadores/as das IESs já referidas, bem como com colegas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pelotas

¹ BARTHES, R. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p.362-400.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p.401-442.

CAMILA FERNANDES possui graduação em Letras Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015), especialização em Literatura Afro-brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016) e em Literatura e Ensino no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (2018), mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Atualmente é Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MARTA APARECIDA GARCIA GONÇALVES é mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem na mesma Instituição.

MEMÓRIAS DA EXPLORAÇÃO EM TORTO ARADO, DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

André Rezende Benatti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS

andre_benatti29@hotmail.com

Todo o processo de “ocidentalização”, poderíamos assim dizer, do continente americano foi um processo violento. Mesmo antes das invasões europeias iniciada nos fins do século XV e perpetuada desde então, o ambiente das terras que viriam ser chamadas de Novo Mundo já era repleto de guerras, invasões e escravidões tribais. As próprias **Cartas de Relación**, de Hernán Cortez, já nos mostram como, por exemplo, tribos inimigas dos astecas se aliaram aos conquistadores espanhóis para tomar o poder de Tenochtitlán, um processo bárbaro que dizimou milhões de vidas.

Este “modo” de vida, ou seja, um modo da violência e da opressão, se perpetuou em todo o continente e sobreviveu mesmo após o “fim”, se é que podemos falar realmente de um fim, da invasão e conquista dos territórios americanos. A América sofreu com o processo de escravização de seus povos e com a escravização de povos africanos em terras americanas por centenas de anos. Enraizada nas entranhas destas terras, a escravização proliferou e mesmo com seu fim oficial, no século XIX, sobre muitos sujeitos ela se perpetuou.

No Brasil, em especial, os “ex-escravos” foram deixados à própria sorte, abandonados pelo estado, sem instrução, sem posses, sem direito a absolutamente nada, em meio a uma sociedade que os via ainda como escravos. “Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 220).

Tendo em vista a afirmação da personagem Bibiana, no romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, transcrita acima, pensamos em uma sociedade brasileira branca que cultivou a cultura da escravização do sujeito negro mesmo após esta, legalmente, ser uma “prática ser proibida”. Desta forma, nesta leitura de *Torto Arado*, propomos nos acerrar das estruturas sociais criadas para a manutenção da escravização dos negros no Brasil após sua “libertação” representadas no romance.

Montesquieu (1973, *apud* GORENDER, 1980, p. 61) define a escravidão como o “estabelecimento de um direito que torna um homem completamente dependente de outro que é o senhor absoluto de sua vida e de seus bens”. A escravidão, conhecida também como escravismo ou escravatura, é definida como prática social em que um ser humano, um grupo ou uma nação se arroga direitos de propriedade sobre outros, designados ou chamados de escravos. O mecanismo usado para a escravização consiste na imposição da força.

O escravo é percebido socialmente como um ser desprovido de sua humanidade e reduzido a instrumento de trabalho ou a um objeto, sem vontade própria e

totalmente dependente de seu senhor, que passa a ser responsável e dono de sua vida. Segundo Davis (1970, *apud* GORENDER, 1980, p. 60), “[...] tem sido dito que o escravo possui três características definidoras: sua pessoa é a propriedade de outro homem, sua vontade está sujeita à autoridade do seu dono e seu trabalho ou serviços são obtidos através da coerção”. Isso reforça a ideia de que o escravo é desprovido de liberdade e de vontade própria; é manipulado por outro ser humano como propriedade na posse do proprietário. “Na sua condição de propriedade, o escravo é uma coisa, um bem objetivo” (GORENDER, 1980, p. 61). Desta forma, negava-se ao escravizado o direito inerente à sua condição humana e o direito natural à vida e à liberdade. Tal situação pode ser percebida em *Torto Arado* (2019) quando a narradora afirma que:

Os herdeiros da família Peixoto envelheceram, e os seus filhos e netos não queria continuar com a propriedade Água Negra. Os mais velhos nos conheciam, mas os mais novos nem sabiam quem éramos, embora não tivessem dúvida de que se tratava de um problema para seus negócios. Foi com as caras de barro e nossos corpos como mobília que venderam a terra a um casal com dois filhos. Acostumados estávamos à longa posse da família Peixoto, fomos surpreendidos pela mudança e ficamos sem saber o que aconteceria a partir de então. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 176).

Podemos perceber, pelo trecho, que mesmo que a diegese narrativa esteja longe do período escravocrata brasileiro, em termos de datação, as personagens representam uma parcela da população que não foi liberta em seus pensamentos e convicções em relação ao pertencimento a algo ou alguém. A escravização humana é mais do que uma relação de trabalho e sujeição de um pelo outro, pode-se dizer que é uma maneira que o ser humano encontrou de anular e transformar o outro num objeto a ser possuído, explorado e extrair dele o que tem de melhor para o bem do outro, aquele que é o possuidor e senhor do escravo.

Embora pareça estranho - ou não - para nós, hoje, esse tipo de relação, regido pela escravidão e desigualdade social, não despertava nos opressores o sentimento de culpa, porquanto se concebia a escravidão como uma prática “natural”, ou seja, normal, um mal menor e necessário para a vida e o progresso de uma sociedade que se prestasse. Prova disso - maneira de conceber a escravidão como um mal necessário - é que antes do século XIX pouco se falava do abolicionismo e das lutas de pessoas, grupos e nações para pôr fim à escravização do ser humano; não queremos negar, com isso, a existência de pessoas e grupos isolados que desde sempre se insurgiram contra o domínio de uns pelos outros. Todavia, predominava o silêncio da elite dominante a reforçar a normalidade com que se via o tráfico de escravos e a escravização humana desde a antiguidade. Aliás, a escravidão e o escravizado eram revestidos de uma série de significados negativos para se criar ainda mais um abismo entre uns e outros – senhores e escravos. Segundo Joly (2005, p. 89-90),

[...] no campo das representações culturais, o termo “escravidão” revestia-se de toda uma gama de significados negativos, de modo que não se encontra nos autores antigos nenhuma crítica à escravidão como instituição, mas antes a crítica a uma racionalidade servil, ou seja, à adoção pela camada senhorial de traços de caráter que seriam próprios de um escravo: a falta de autocontrole, o apego a bens materiais, o egoísmo, o individualismo, a adulação dos superiores, etc. Em outras palavras, diluía-se assim no campo moral a divisão entre livres e escravos, estabelecendo-se como que uma relação dialética de mútua determinação entre escravidão e liberdade.

Percebe-se neste trecho de Joly a distância que se estabelecia entre as duas classes (dominante e dominada). Nada que remetesse à escravidão poderia fazer parte do dia a dia dos senhores, frisava-se a diferença entre livres e escravos e ainda aparece bem claro na citação o preconceito construído em torno do escravo, como alguém que não tinha autocontrole, como um indivíduo apegado aos bens materiais, como se os tivesse em regime escravocrata, e era acusado também de egoísmo e individualismo, como se esses comportamentos egocêntricos e individualistas atribuídos ao escravo diminuíssem o poderio dos senhores escravistas.

No Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se

convertendo numa linguagem com graves consequências. Grassou por aqui, do século XVI ao XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade. Como não havia nada em nossa legislação que vetasse ou regulasse tal sistema, ele se espalhou por todo o país, entrando firma nos “costumes da terra”. (SCHWARCZ, 2019, p. 27).

Esta entrada firme do sistema escravocrata no Brasil nos costumes da população brasileira, de maneira geral, é representada em *Torto Arado* (2019), na diegese romanesca, mesmo já havendo leis que libertaram os escravos há décadas, estes ainda eram escravizados por um sistema que não lhes permitia quaisquer outro tipo de sobrevivência que não fosse em situações limites para que pudessem, de alguma forma se alimentar.

Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo dos seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão. (VIERIA JUNIOR, 2019, p. 41).

Confirmamos aqui, neste trecho da narrativa, a afirmação de Lília Moritz Schwarcz (2019) que os “costumes da terra” foram criados a partir de um conceito de escravidão, que se enraizou na cultura brasileira, e que

perdura até o século XXI. Ainda conforme a historiadora, no Brasil,

Não se escapava da escravidão. Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada ela deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. (SCHWARCZ, 2019, p. 27).

Esse “molde de condutas” que comenta Schwarcz (2019) marcou a cultura local. O Estado brasileiro ajudou na manutenção de tais moldes de conduta da sociedade. Após quase 300 anos de escravização, a violência contra o negro, sua desumanização, os atributos de animalidade que lhe foram conferidos já estavam naturalizados, apesar do século das luzes que se vivia à época da “liberdade” escravocrata no Brasil. A negligência estatal do Segundo Império, herdada da época Colonial e do Primeiro Império, “liberta” os escravizados para, podemos conjecturar, tentar manter-se em pé teve consequências que perduraram da Primeira República em diante até o Século XXI. A cultura

do abuso, a cultura da violência permitida pelo Estado se enraizou na sociedade brasileira de tal maneira que quando próprio Estado a proibiu, ela já fazia parte do cotidiano e da forma de sobrevivência da sociedade.

Hall afirma que:

A cultura, podemos dizer, está envolvida em todas essas práticas que não são geneticamente programadas em nós [...], mas que carregam sentido e valores para nós, que precisam ser significativamente interpretadas por outros, ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento. A cultura, desse modo, permeia toda a sociedade. Ela é o que diferencia o elemento “humano” na vida social daquilo que é biologicamente direcionado. Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade. (HALL, 2016, p. 21).

Quando Vieira Júnior (2019) nos apresenta um enredo romanesco cuja apresenta de uma cultura violenta, baseada na opressão é naturalizada, vemos que estas práticas são programadas na sociedade, que “não sabe” existir de outra forma. Mesmo que o tempo diegético da narrativa esteja no início do século XX, ao lançar o romance em uma época na qual as discussões sobre racismos e explorações são da ordem do dia, o romancista nos apresenta uma reflexão bastante pertinente da sociedade brasileira em um momento decisivo de sua história.

A exploração do trabalho é uma das grandes marcas do romance de Itamar Vieira Júnior. Todo trabalho realizado no espaço fictício da Fazenda Água Negra é análogo à escravidão. Escravização naturalizada. Ao longo da história brasileira determinadas classes sócias e povos se arrogaram o direito de exercer domínio sobre os outros, por meio da força, submetendo-os aos seus interesses, sobretudo, econômicos. Em *Torto Arado* (2019), a primeira das narradoras, Bibiana, nos mostra claramente o domínio exercido sobre os trabalhadores.

A família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, não viviam a terra, vinham da capital apenas para se apresentar como donos, para que não os esquecêssemos, mas, tão logo cumpriam sua missão, regressavam. Mas havia os fazendeiros e sítiantes que cresceram em número e que exerciam com fascínio e orgulho seus papéis de dominadores, descendentes longínquos dos colonizadores; ou um subalterno que havia conquistado a sorte no garimpo e passava a exercer o poder sobre outros, que, sem alternativa, se submetiam ao seu domínio. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 54).

Como apontado por Schwarcz (2019), percebemos, pelo trecho acima que as relações de dominação foram, e de alguma forma ainda o são, uma prioridade na sociedade brasileira. Quem não é dominador, algoz, almeja ser. Tornar-se o algoz é, na perspectiva apontada pela narrativa,

ascender socialmente. As relações de poder dentro da diegese fazem com que, mesmo que não pertença à elite, como Sutério, o capataz da fazenda, sinta-se no direito de subjugar os moradores do Água Negra.

Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata-doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 85).

É perceptível, em vários níveis, que o sistema de exploração dos trabalhadores da fazenda Água Negra retomar o escravismo. Os trabalhadores não eram pagos, viviam em pequenas áreas sem direito a pagamento, trabalhavam em troca de “moradia”, construída pelos próprios, e os frutos de seu próprio trabalho eram confiscados. Como aconteceu nas mais várias sociedades, em outros tempos, e como aconteceu no tempo em que a escravização era legalizada, em Água Negra os trabalhadores eram concebidos como mercadorias, força de trabalho a ser explorada, as relações e condições sociais os faziam dependentes de seus senhores, como afirma Joly (2005, p. 89), ao se referir à escravidão romana: “[...] o

escravo era muito mais do que um meio de produção. A sua trajetória era determinada pelas condições sociopolíticas de seu senhor, de modo que o escravo atuava, por meio de sua situação de dependência, na sociedade em que estava inserido”. Em Água Negra a exploração, cultivada desde o tempo da escravização legalizada, era naturalizada, o trabalho exercido pelos descendentes de escravos era visto pelas personagens mais velhas do romance como gratidão pela benevolência dos senhores da terra em “permitir” que eles vivessem por ali. Os trabalhadores não tinham qualquer direito em Água Negra. Junto com Severo, Bibiana, uma das narradoras, é uma das primeiras personagens a perceber o sistema de exploração do trabalho da fazenda:

Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa, nem mesmo à terra onde plantavam sua roça. Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences. Se não pudéssemos trabalhar, seríamos convidados a deixar Água Negra, terra onde toda uma geração de filhos de trabalhadores havia nascido. Aquele sistema de exploração já estava claro para mim. Mas eu era muito nova e aquele não seria o momento, muito menos as circunstâncias adequadas para partir. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 83).

Em um quase monólogo a narradora nos conta suas percepções sobre a situação em que sua família, e todos em Água Negra, se encontrava. Nasceram, cresceram e viveram da terra, mas não eram seus proprietários, assim como não tinham quaisquer direitos. Vale lembrar que a narrativa contada por Bibiana acontece em outro tempo. Bibiana rememora os acontecimentos de sua infância, adolescência e vida adulta, quando começa a perceber a condição de explorados a que ela e sua família sempre estiveram submetidos “Não era justo ver meu pai e minha mãe envelhecendo, trabalhando de sol a sol, sem descanso e sem qualquer garantia de conforto em sua velhice.” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 79). De acordo com Aleida Assmann (2011, p. 320) “O que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família”, em Água Negra, diversas gerações de trabalhadores tiveram suas memórias ligadas à fazenda, um local de exploração, contudo, que, conforme a narrativa, desde à época da escravização legalizada, guardava as lembranças e a constituição identitária de um grande número de pessoas.

Sarlo (2007, p. 10, grifos da autora) afirma que “el tiempo *propio* del recuerdo es el presente: es decir, el único *apropiado* para recordar y también, el tiempo del cual el recuerdo se apodera, haciéndolo *propio*.”. Percebemos que o tempo presente narrado por Bibiana a história se faz necessária, apesar de ter acontecido anteriormente.

A grande marca do romance é, talvez, a exposição de um Brasil pouco conhecido e/ou pouco explorado, fazendo um trocadilho com a condição das personagens. Trata-se de um texto em que percebemos uma sociedade em

que a abolição escravocrata não passa de uma lei escrita em um papel, mas que não apresenta qualquer sinal de arrependimento, de redenção ou de fim. O começo da liberdade, com a abolição, é algo completamente utópico.

Se, assim como afirma Walter Braga no ensaio “Pós-abolição; o dia seguinte” (2018), nas grandes capitais brasileiras, como o Rio de Janeiro, o dia 13 de maio de 1888 foi de festas e entusiasmo de grandes multidões em volta do edifício do Senado e do Paço Imperial, nas pequenas comunidades rurais e, principalmente, nas fazendas do interior do país, 13 de maio de 1888 foi apenas mais um dia de trabalho e exploração. Mais um dia em que a escravização seguiu seu curso cotidiano, “natural”, na mais absoluta normalidade. “O Treze de Maio fez parte dos embates que vinham se agudizando desde pelo menos a década de 1870, e que dividiram a população em relação ao fim da escravidão e à maneira como a sociedade deveria ser reestruturada depois de abolido o cativo.” (BRAGA, 2018, p. 351). Na prática, ainda conforme Braga (2018), a elite do país se viu amedrontada pelo possível questionamento hierárquico, racial e social que eram, e ainda são, os alicerces da sociedade brasileira.

Apesar de, voltando ao 13 de Maio de 1888, “Naquele dia, os ex-escravos encontraram oportunidade de questionar de maneira aberta os padrões e etiquetas de mando senhorial.” (BRAGA, 2018, p. 355), conforme vemos a representação deste Brasil mais profundo da narrativa de Vieira Júnior (2019), no interior os questionamentos se fizeram menores, quando existiram. O regime de exploração e servidão continuava, o patrão, ou quem estivesse a seu mando, tinha “direito” a tudo o que em

“sua terra” estivesse, inclusive quaisquer coisas que fossem feitas por seus empregados.

Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata-doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Mas as batatas não eram produção do quintal. Da terra seca não brotava nem pasto, muito menos batata. [...] Vi a vergonha de meu pai crescer em nossa frente, sem poder fazer nada. Zeca Chapéu Grande era um curador respeitado e conhecido além das cercas de Água Negra. Mas ali, nos limites da fazenda, sob o domínio da família Peixoto – que quase não colocava os pés por lá a não ser para dar ordens, pagar ao gerente e dizer que não poderíamos fazer casa de tijolo – e de Sutério, sua lealdade pela morada que havia recebido no passado, quando vagava por terra e trabalho, falava mais alto. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p.85)

Nas gerações mais antigas, mais ligadas ao período do cativo, conforme podemos observar na citação acima em que a narradora descrever uma cena de abuso de poder, percebemos que o sentimento de gratidão ao explorador ultrapassa qualquer opressão e violência. “Zeca nos fez saber, em muitas oportunidades, que falar mal de quem havia nos acolhido e permitido que morássemos e dali vivêssemos era ingratidão.” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 131). Tal sentimento, dos mais idosos, faz com que eles não se voltem contra seus opressores, tentando, assim, reproduzir a manutenção de um sistema que eles próprios não veem como exploratório. O imaginário popular em relação aos ex-escravos que os configura como sujeitos incapazes de se adaptar aos novos tempos, ao “tempo de liberdade”, faz com que estes sujeitos que, ao serem jogados na rua e desamparados pelo estado, sintam-se gratos por “ter onde morar”, mesmo que isto lhes curte toda uma vida. Podemos conjecturar que tal fato acontecia por que o estado “não previu nenhuma forma de integração das populações recém-libertas” (SCHWARCZ, 2019, p. 30). Assim, não houve um sistema que realmente libertasse a população, que, sem autonomia qualquer, viu-se à mercê novamente de seus senhores.

A segunda narradora do romance, Belonísia, irmã de Bibiana, possui outra perspectiva em relação aos eventos que ocorrem na fazenda, ela assume a narrativa do romance após a partida da irmã com seu primo, Severo. A perspectiva de Belonísia, antes dada pela irmã se distancia desta na medida em que Belonísia aceita sua vida em Água Negra, a exploração sofrida pela família. Lhe falta a perspectiva da irmã. Belonísia é uma reprodução do sistema que a criou.

Toda a perspectiva da segunda parte do romance nos é dada sob os olhos de Belonísia. A situação somente da fazenda, de acordo com a narradora, muda, em *Torto Arado* (2019), quando Bibiana e seu primo e esposo Severo voltam a ter contato com a Água Negra e seus trabalhadores, a família de ambos, trazendo consigo novas formas de ver o mundo.

Bibiana contou que ela tinha feito um supletivo e no próximo ano ingressaria numa escola pública de magistério. Que trabalhava cuidando das crianças filhas de vizinhas para que pudessem trabalhar. Ganhava muito pouco com isso, mas era o que podia fazer com um filho de colo. Contou também que Severo trabalha na roça e frequentava atividades no sindicato dos trabalhadores rurais. Estava aprendendo muitas coisas. Batalhava, apesar do medo e das adversidades, para melhorar a vida dos trabalhadores com quem compartilhava o fardo. Era admirado e respeitado até pelos mais velhos. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 130).

O esclarecimento trazido à fazenda Água Negra por Bibiana e Severo faz com que toda a vida no local passe a funcionar de forma distinta. Se antes Zeca, o pai de Bibiana e Belonísia, um descendente de escravos resignado e grato aos patrões era uma referência para os outros trabalhadores, fazendo com que todo o sistema de exploração continuasse a existir. Agora, com o Severo que

participava de movimentos sindicalistas, a referência muda de mãos e os trabalhadores de Água Negra já não mais se satisfazem com nada, já não são gratos pela exploração.

Meu pai estava envelhecendo, se encurvando com o tempo, os cabelos ficando brancos de forma lenta, mas ainda trabalhava de domingo a domingo. Não falava em parar. Ele e outros trabalhadores pioneiros que chegaram nos primeiros anos à Água Negra estavam se aposentando. Foram orientados pelo próprio Sutério a requerer o benefício – ele mesmo sem registro de trabalho, confessou –, o que era de muita ajuda e mudava em parte a situação dos moradores. Passaram cópia do documento do imposto da terra de mão em mão para que os mais velhos pudessem ter o que nunca tiveram, como se todo tempo de espera e trabalho tivessem sido para este momento derradeiro, quando iriam receber seus parcos recursos no banco da cidade. Era como se, passado tanto tempo trabalhando sem qualquer remuneração, agora entendessem que tinham direito a receber um ordenado todo mês. Continuavam a trabalhar nos seus roçados, a cultivar seus alimentos, muitos continuavam a montar banca na feira da cidade, mas não existiam mais as empreitadas fatigantes que retiraram a saúde de muitos e que significavam a servidão dos antigos, dos avós e bisavós, a sujeição que gostariam de poder esquecer.

Apesar das mudanças lentas, muitas interdições impostas pelos fazendeiros ainda continuavam a valer. O dinheiro não era usado para melhoria das casas que continuavam a ser de barro, continuávamos sem poder construir casa de alvenaria. Mas o povo começou a melhorar o seu interior: colchões de espuma para substituir os colchões de palha de milho, uma cama, mesa e cadeiras, remédios, roupas e alimentos. Panelas e colchas que os ciganos vendiam de tempos em tempos em nossas portas. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 154-155).

Tais mudanças lentas apontadas na narrativa foram uma característica dos anos que se seguiram ao fim do cativeiro legalizado. De acordo com Marcelo Mac Cord e Robério S. Souza (2018), após a “libertação” dos escravizados, as relações de trabalho, claro, mudaram, mas ainda assim sem qualquer regulação até as primeiras décadas do século XX. É pela luta operária, marcadamente representada na figura de Severo e nas ações deste na narrativa, que os trabalhadores livres ganham suas primeiras vitórias contra a elite brasileira.

Severo é uma figura emblemática no romance de Vieira Júnior, pois seu envolvimento sindical faz com que ele “plante” uma nova consciência em Água Negra, fazendo com que os trabalhadores se vejam como explorados.

Acostumados que estávamos à longa posse da família Peixoto, fomos surpreendidos pela mudança e ficamos sem saber o que

aconteceria a partir de então. Os mais ingênuos achavam que tudo permaneceria da mesma maneira. Os mais desconfiados temiam o que estava por vir, quiçá o despejo. Sabíamos que a fazenda existia, pelo menos, desde a chegada de Damião, o pioneiro dos trabalhadores, durante a seca de 1932. A família Peixoto havia herdado terras das sesmarias. Essas coisas nem Deus sabe explicar como aconteceram, mas Severo diz de uma forma que o povo fica atento, indo de casa em casa, da escola aos caminhos para a roça. Depois o povo fica se perguntando, conversando entre si, e vão recuperando as histórias das famílias antes da chegada. Eu tentava me concentrar depois, para aprender sobre o que Severo contava. Que chegou um branco colonizador e recebeu a dádiva do reino. Chegou outro homem branco com nome e sobrenome e foram dividindo tudo entre eles. Os índios foram sendo afastados, mortos, ou obrigados a trabalhar para esses donos da terra. Depois chegaram os negros, de muito longe, para trabalhar no lugar dos índios. Nosso povo, que não sabia o caminho de volta para sua terra, foi ficando. Quando as fazendas foram deixando de produzir porque os donos já estavam velhos e os filhos já não se interessavam pelo trabalho de roça, porque ganhavam muito mais dinheiro como doutores na cidade, e nos procuravam cercando terras pelas extremidades da fazenda, dissemos que

éramos índios. Porque sabíamos que, mesmo que não fosse respeitada, havia lei que proibia tirar terra de índio. E também porque eles se misturaram conosco, indo e voltando de seu canto, perdidos de suas aldeias. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 176-177).

A narrativa contada por *Torto Arado* (2019) ilustra, com grande maestria, as narrativas da colonização brasileira. Conforme verificamos acima, o sistema exploratório que percebemos ainda no século XXI, tem início desde a invasão dos territórios pelos portugueses. Foram os brancos que decidiram quem ficaria com o que, entre si, claro, quem poderia viver, quem deveria morrer, quem deveria trabalhar, quem deveria ser explorado. Deste longo processo histórico que foi naturalizado na cultura do país, o advento de uma Lei em maio de 1888 não consegue, obviamente, apagar ou “remendar” tudo aquilo que foi construído. O racismo e a exploração do trabalho no Brasil são historicamente naturalizados.

Para além da exploração do trabalho para riqueza dos grandes latifundiários, os sujeitos “empregados” nas fazendas como a representada no romance, não eram pagos, não tinham quaisquer direitos sobre a terra ou posses do que usavam, como as casas por exemplo, que na narrativa, não podem ser construídas em alvenaria. Os trabalhadores contraíam dívidas com seus empregadores através de pequenos comércios superfaturados que ficam com todo o “salário” do empregado. Esse sistema alimentou ainda mais a continuidade do regime escravocrata no interior do Brasil.

[...] poderia se construir uma tapera de barro e taboa, que se desfizesse com o tempo, com a chuva e com o sol forte. Que essa morada nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros. Que essa casa fosse desfeita de forma fácil se necessário. Podem trabalhar – contavam nas suas romarias pelo chão de Caxangá –, podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada. Poderia cercar seu quintal e fazer roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 182-183).

O regime marcadamente escravista é visto principalmente na frase acima dita por Belonísia, “devem obediência e gratidão aos senhores”. A escravização humana é mais do que uma relação de trabalho e sujeição de um pelo outro, pode-se dizer que é uma maneira que o ser humano encontrou de anular e transformar o outro num objeto a ser possuído, explorado e extrair dele o que tem de melhor para o bem do outro, aquele que é o possuidor e senhor do escravo. Embora pareça estranho esse tipo de relação, regido pela escravidão e desigualdade social, não despertava nos opressores o sentimento de culpa, porquanto se concebia a escravidão como uma prática natural, um mal menor e necessário para a vida e o progresso de uma sociedade.

O processo de desigualdade apresentando pela segunda narradora também aponta para a perseguição das elites em relação à quem ousava desafiar seus mandos, ou mudar a forma com que a sociedade se estruturava.

Nesse campo desigual, Severo levantou sua voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos. Que nossos antepassados migraram para as terras de Água Negra porque só restou aquela peregrinação permanente a muitos negros depois da abolição. Que havíamos trabalhado para os antigos fazendeiros sem nunca termos recebido nada, sem direito a uma casa decente, que não fosse de barro, e precisasse ser refeita a cada chuva. Que se não nos uníssemos, se não levantássemos nossa voz, em breve estaríamos sem ter onde morar. A cada movimento de Severo e dos irmãos contra as exigências impostas pelo proprietário, as tiranias surgiam com mais força. No começo, o dono quis nos dividir dizendo que aquele “bando de vagabundos” queria a fazenda dele, comprada com o seu trabalho. (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 196-197).

As relações entre trabalho e propriedade ficam bastante explícitas dentro da narrativa de Belonísia. A posse de uma terra é uma realidade jurídica e econômica diversa

do domínio, no romance isso fica claro todas as vezes que é mencionado, principalmente pela segunda narradora, que quem realmente cultiva a terra, quem a “desenvolve” são os trabalhadores e não os “proprietários”. Uma coisa é a posse das terras, outra coisa é sua propriedade legal.

A terceira e última narradora do Romance, uma “encandata”, um espírito que se apossava de Miúda, e se identificava como Santa Rita Carpideira. A encantada faz uma síntese de todo o processo exploratório que se passou em Água Negra desde sua fundação, tendo vagado por diversos lugares. “Nessa jornada percebeu que a vida além da Água Negra não era muito diferente, no que se referia à exploração.” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, 214). A escravização, no Brasil, está intimamente ligada ao negro trazido à força para o país e escravizado, explorado das mais diversas formas, subjugados, agredidos, violados e violentados. Se o negro durante a escravidão não passava de objeto útil aos senhores e à sociedade burguesa, não era de se esperar que figurassem com certo destaque posteriormente à libertação do cativo, estas marcas estão entranhadas na sociedade brasileira até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas de transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.
- BRAGA, Walter. **Pós-abolição; o dia seguinte**. In.: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. **Trabalhadores livres e escravos**. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3ª Edição. São Paulo: Ática, 1980.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma Antiga**. Política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

ANDRÉ REZENDE BENATTI é doutor em Letras Neolatinas: estudos literários neolatinos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018); Mestre em Letras: estudos literários pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2013) e graduado em Letras, habilitação em Português/Espanhol, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2009). Atualmente é professor adjunto - nível IV da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Editor-chefe da REVELL - Revista de Estudos Literários da UEMS. É líder do Grupo de Pesquisas/CNPq Estudos de Narratividades - UEMS. Vice-líder do Grupo de Pesquisas/

CNPq Crítica feminista e Autoria feminina: cultura, memória e identidade - UFGD. Membro do Grupo de Pesquisas/CNPq ÍCARO - UFPEL. Membro do Grupo de Pesquisas/CNPq Historiografia literária, cânone e ensino - UnB. Membro do GT de Relações Literárias Interamericanas da ANPOLL. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; Membro do GT de Ensino Superior do Fórum de Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul - FEEMS. Membro da Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC; Membro da Associação Brasileira de Hispanistas ? ABH; Presidente da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Mato Grosso do Sul - APEEMS, gestão 2019-2020. Coordenador do GT Relações Literárias Interamericanas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL, biênio 2020-2022.